

COMPANHIA DE GÁS DO PARÁ - GÁS DO PARÁ

CNPJ: 08.454.441/0001-75

4. Obrigações sociais a recolher

	2018	2017
Provisão para férias e encargos	13	17
- INSS e FGTS a recolher	10	8
Total	23	25

5. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social subscrito é de R\$ 10.000 e o capital integralizado é de R\$ 9.085 (R\$ 7.661 em 2017), tendo seu valor assim distribuído:

	Quantidade de ações			Valor integralizado – R\$	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação	
Governo do Estado do Pará	1.785.000	-1.785.000	25,50%	2.317	1.868
Termogás S.A.	1.715.000	3.500.000	5.215.000	74,50%	6.768
Total	3.500.000	3.500.000	7.000.000	100,00%	9.085

Em 19 de março de 2017, os acionistas por meio de Assembleia Geral Extraordinária, aprovou um aumento de capital social, no montante de R\$ 3.000, sem emissão de ações. As contribuições dos acionistas serão realizadas nas seguintes condições: (a) o Governo do Estado do Pará integralizará o capital social no valor de R\$ 765 em moeda corrente nacional, até o dia 30 de dezembro de 2020 e (b) a Termogás S.A. integralizará o capital social da Companhia no valor total de R\$ 2.235 em moeda corrente nacional, até o dia 30 de dezembro de 2020. No exercício de 2018, foi integralizado capital social, no montante de R\$ 1.424 (R\$ 913 em 2017). Cada ação ordinária confere direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais de acionistas. As ações preferenciais não terão direito a voto e gozarão cumulativamente das seguintes vantagens: • Prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social. • Prioridade na distribuição de dividendo mínimo cumulativo de 6%, calculado sobre a parte do capital representada por essa espécie de ações, participando em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de dividendo obrigatório, quando este for superior ao dividendo mínimo assegurado. • Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio em caso de dissolução da Companhia. • Participação, em igualdade de condições, com as ações ordinárias, nos dividendos distribuídos em virtude de lucros remanescentes. • Em caso de liquidação da Companhia, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica "Capital social". • No exercício em que o lucro for insuficiente para o pagamento de dividendo prioritário, os dividendos cumulativos poderão ser pagos à rubrica "Reservas de capital". b) Distribuição de dividendos: O estatuto social prevê que, do lucro apurado no fim de cada exercício, deverá ser aplicado o percentual de 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição do fundo de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. A Companhia, enquanto em operação, distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 75% do lucro líquido ajustado nos termos da lei. A assembleia geral estabelecerá a destinação do lucro líquido remanescente. **7. Despesas por natureza:**

	2018	2017
Por função:		
Despesas gerais e administrativas	(799)	(861)
Remuneração de administradores	(313)	(211)
Outras despesas operacionais	-	(25)
Total	(1.112)	(1.097)

Por natureza:

Serviços profissionais	(203)	(110)
Remuneração dos administradores	(313)	(211)
INSS	(72)	(78)
Associação de classe	(400)	(345)
Passagens aéreas e hospedagens	(37)	(53)
Telefone e energia elétrica	(13)	(5)
Publicações	(12)	(12)
Aluguel e condomínio	(48)	(44)
Depreciação e amortização	(3)	(3)
Outras	(11)	(236)
Total	(1.112)	(1.097)

8. Resultado financeiro:

	2018	2017
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	33	25
Atualização monetária de créditos fiscais	2	5
Total	35	30

Despesas financeiras

Tarifas e comissões bancárias

(3)	(2)
(3)	(2)
32	28

Resultado financeiro

9. Instrumentos financeiros: a) Considerações gerais: No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado – taxa de juros e risco de liquidez. A administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes. b) Gestão do risco da taxa de juros: Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes vinculadas à variação do CDI, conforme detalhado na Nota 4. c) Gestão do risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Devido ao fato de a Companhia ainda não ter iniciado sua operação plena, conforme mencionado na Nota 1, a necessidade de caixa está sendo suportada por seus acionistas. d) Valor de mercado dos instrumentos financeiros: Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos. e) Derivativos: A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. **10. Cobertura de seguros:** A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para as suas instalações e os bens relacionados, em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas com sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos contratos de seguro está evidenciada abaixo:

Finalidade do Seguro	Importância seguradora-R\$
Incêndio	300
Danos elétricos	30
Despesas fixas	20
Equipamentos Eletrônicos	60
Lucro cessante decorrente da básica	60
Perda ou pagamento de aluguel	40
Responsabilidade Civil – Operações	40
Roubo de bens	30

Diretora Presidente: Claudia Bitar de Moraes Barbosa; **Diretor. Adm. Financeiro:** André Gustavo Lins de Macêdo; **Dir. Técnico Comercial:** Fábio Moreira Amorim. **Membros do Conselho de Administração:** Adnan Demachki; Alfredo Augusto Vieira Barros; Claudio Luciano da Rocha Conde; Hermano Darwin Vasconcellos Mattos; José Carlos de Salles Garcez. **Membros do Conselho Fiscal:** Felipe de Azevedo Nunes Lopes; Paulo Alexandre Carvalho Guardado; Viviane Vieira de Souza. **Contadora Responsável:** Leiridia Aleixo da Silva - CRC/PE: 018356/02

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia de Gás do Pará. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Pará ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Pará em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada

para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo